



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SAAB 7.1 **SUPERVISÃO DE SERVIÇO DE LICITAÇÕES - SAAB 7.1.1**

Rua da Direita - 22º andar - CEP 01002-903 - São Paulo - SP
Horário das 9:00 às 19:00 horas - Fone: (0xx11) 3258-8336 / 3214-0035

Ofício nº 255/18

Processo nº 60547/18 - Concorrência nº 034/18


Assunto: Resposta a impugnação ao edital de licitação

São Paulo/SP, 03 de agosto de 2018.

Prezados(as) Senhores(as),

Em atenção a impugnação apresentada pela empresa HERJACKTECH-TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA., referente à **Concorrência nº 034/18 - Processo nº 60547/18**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio técnico, por profissionais na área de arquitetura e engenharia, compreendendo elaboração de estudos preliminares, anteprojetos, estudos de viabilidade, projetos básicos, projetos executivos e serviços de consultoria relacionada a área de arquitetura e engenharia multidisciplinar; segue em anexo a resposta da SAAB 1 - Diretoria de Gestão dos Locais de Trabalho, a saber:

Atenciosamente,


Eliana Bontansa
Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 7.1


Rodnei Pinto Fernandes
Diretor de Licitações e Compras
SAAB 7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

Informação nº 21/2018

Processo nº 60547/2018

REF.: Impugnação ao Edital da Concorrência nº 34/2018

Ilma. Autoridade Competente

Trata-se de impugnação interposta pela empresa HERJACKTECH-TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA em face às exigências do Edital da Concorrência nº 34/2018 objetivando a alteração e modificação do processo de seleção.

Aduz, em apertada síntese, que haveria exigência de registro da empresa concomitante nos órgãos de classe CREA e CAU, bem como a necessidade de haver como responsável técnico pela empresa profissional engenheiro e arquiteto. Alega, também, que na capacidade técnica operacional haveria medida restritiva ao dispor na necessidade de comprovação de execução de projeto multidisciplinar com área igual ou superior a 15.000 (quinze) mil metros quadrados. Insurge-se, ainda, contra ao regramento de pontuação técnica da licitante, vez que a comprovação em um único documento de capacidade técnico-operacional violaria o princípio da ampla competitividade e contrariaria o disposto no inciso I do §1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993. Por fim, aduz que a limitação de consórcio a duas empresas seria medida restritiva, de sorte que pugna, também, pela modificação de tal dispositivo editalício.

É o relatório do necessário.

Passo a informar.



233
35

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

I – Da exigência de inscrição concomitante no CREA E CAU e responsáveis técnicos arquiteto e engenheiro

A exigência de registro na entidade profissional encontra previsão no artigo 30, inciso I da lei 8.666/93. Por seu turno, a regulamentação da profissão afeta à área de arquitetura passou a ser efetuada por entidade própria (CAU), constituída recentemente, cuja atribuição anteriormente era exercida pelo CREA.

Com efeito, a criação do CAU pela Lei nº 12.378, de 2010, criou uma situação ainda não plenamente dirimida de sobreposição de competência para fiscalização do exercício de certas atividades, já que constariam do rol de atribuições tanto da engenharia civil quanto da arquitetura.

Segundo o mesmo diploma legal, na hipótese de as normas do CAU sobre o campo de atuação de arquitetos e urbanistas contradizerem normas de outro Conselho profissional, a controvérsia deveria ser solucionada por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos, o que não ocorreu até a presente data.

Contudo, enquanto não editada a resolução conjunta, em caso de impasse, até que seja resolvida a controvérsia, por arbitragem ou judicialmente, deve ser aplicada a norma do Conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação (artigo 3º, §5º, da Lei 12.378/2013).

Neste sentido, os editais de licitação têm admitido a inscrição tanto em um quanto em outro órgão, conforme orientação dos tribunais de contas.

Ocorre que, por um lapso, não constou na cláusula combatida a partícula “OU” na exigência de registro, o que deve ser retificado uma vez que o duplo registro encontra vedação na lei nº 6839/80.

Por conseguinte, a exigência de que no comprovante de registro da pessoa jurídica no órgão fiscalizador apresente os dois responsáveis técnicos, Arquiteto e Engenheiro, também restaria contrária ao comando normativo (STJ Agravo de Instrumento 1.353.242-PR Relator Min Herman Benjamin).



36
23/10

36
23/10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

Assim, opina-se no sentido de acolhimento do pleito para que se admita o registro da pessoa jurídica no CREA e/ou CAU, podendo ter como responsável técnico Arquiteto e/ou Engenheiro.

II – Prova de elaboração de projeto e arquitetura e engenharia com no mínimo 15.000m² e somatório de atestados no período de 12 meses – caráter restritivo das exigências de qualificação técnica.

Após detida análise das alegações, verifica-se que a impugnante insurge-se quanto ao regramento esculpido nos itens 3.1 e 3.2 do anexo XIV do Edital, quais sejam:

- 3.1.** *Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa LICITANTE, expedido por pessoa de direito público ou privado de forma a comprovar experiência na execução de serviços com características e complexidade similares ao de maior relevância no objeto licitado, ou seja, a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia multidisciplinar, com a finalidade para construção de nova edificação, ampliação e/ou reforma geral, de edificação comercial ou institucional, com área construída igual ou superior a 15.000,00 (quinze mil) m².*
- 3.2.** *Para efeito de comprovação do quantitativo de 15.000 m², que se refere à qualificação técnico-operacional, será admitido o somatório de atestados, desde que contemple projetos elaborados no mesmo intervalo de 12 (doze) meses, ou seja, concomitantemente.*

O regramento ora em análise tem como fundamento a identificação dos requisitos e necessidades a ser executada no escopo do contrato, qual seja:

- Estudos preliminares
- Anteprojetos
- Estudos de Viabilidade



733
/ 4

31
/ 02

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

- Projeto Básico
- Projeto Executivo
- Serviços de consultoria relacionada a área de arquitetura e engenharia multidisciplinar

Ademais, dentre os principais requisitos está o de que os serviços sejam prestados por profissionais habilitados e por empresa com experiência comprovada na execução de projetos interdisciplinares de engenharia e arquitetura, podendo englobar várias das disciplinas técnicas relacionadas abaixo:

- Arquitetura
- Estrutura
- Elétrica, telefonia, lógica e automação predial
- Hidráulica
- Climatização, exaustão e ventilação mecânica
- Proteção e Combate a Incêndio
- Segurança patrimonial, controle de acesso e monitoramento
- Comunicação e sonorização (auditório, salas de julgamento, entre outros)
- Comunicação visual
- Equipamentos prediais (elevadores, geradores, bombas hidráulicas, entre outros)



736
4

38
38

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

- Elaboração de planilhas de quantidades para pré-orçamento e Planejamento de Obra de Execução

Diante dessa capilaridade de necessidades e serviços envolvidos, verifica-se, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ocupa, atualmente, mais de 700 edificações passíveis de reformas, ampliações e adequações dentre outros serviços de arquitetura e engenharia. Baseado na prospecção de necessidades futuras, estimou-se a execução de projetos multidisciplinares (edificações novas e reformas gerais/ampliações) na ordem de 62.500m² para 30 meses, não estando contabilizados neste quantitativo de área os projetos de pequeno porte tais como: reformas localizadas, pontuais ou unidisciplinares, dentre outros.

Assim, para efeitos de habilitação considerou-se apenas a parcela de maior relevância técnica, projetos destinados às edificações novas e reformas gerais/ampliações, o que resulta em 25.000 m² por ano. Sobre tal resultado anual, aplicou-se a súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo como orientador de razoabilidade, adotando-se como parâmetro de comprovação quantitativa o percentual de 60% da parcela de projetos multidisciplinares da execução pretendida resultando, portanto, em 15.000m².

Neste caminhar, verifica-se que o objeto de comprovação trata-se da parcela de serviços de relevância técnica (projetos multidisciplinares e complexos) e reflete apenas uma fração de todo universo de serviços contemplados no bojo contratual, podendo, ainda, somar atestados para demonstrar tal quantitativo.

Noticia-se, ainda, que esses projetos que totalizam 62.500m² representam, economicamente, cerca de 25% do valor contratual e a exigência de comprovação de 15.000m² reflete economicamente cerca de 6% valor estimado do total do contrato.

No que toca à exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional de elaboração de projeto de arquitetura e engenharia multidisciplinar, a



232
39

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

necessidade encontra esteio na comprovação de experiência nas disciplinas mais aplicadas na execução do contrato, quais sejam, no mínimo arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica e climatização/ventilação.

Por fim, verifica-se que a exigência de concomitância no somatório de atestados em 12 meses poderá não atingir a finalidade almejada, de sorte que se recomenda o acolhimento do pleito neste campo, vez que a mediação da capacidade da empresa em gerir diversas frentes de trabalho de execução de projetos já é objeto de ponderação na etapa de nota técnica.

Assim, diante de tais necessidades, características e quantitativos envolvidos, propõem-se a mantença da comprovação de experiência e dinamismo na elaboração de projetos, devendo a empresa demonstrar que possui experiência na execução de projeto multidisciplinar com área construída de 15.000 m², podendo somar projetos multidisciplinares sem a imposição de lapso temporal de 12 meses.

III – Proposta técnica – pontuação da experiência da empresa a partir de apenas um atestado – violação do princípio da ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

A impugnante insurge-se contra o critério de pontuação técnica em que se atribui pontos ao número de projetos elaborados e área edificada no projeto em um único atestado, especificamente os itens Nota de Experiência da Empresa (N-Exp) e Nota de Porte do Projeto (N-Por).

O entendimento da impugnante de que a pontuação de números de atestados permitiria a ampliação de participação não condiz com o aspecto qualitativo que se almeja medir.

É que neste quesito de avaliação técnica não está sendo meramente pontuada a quantidade de trabalhos executados pela empresa como um todo, tal dimensão da experiência é suficientemente comprovada na respectiva fase de habilitação, na qual se exige a comprovação da experiência mínima em elaboração de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

738/4
40/4

projetos multidisciplinares, inclusive com o somatório de atestados. Desta forma, na presente licitação, o aspecto quantitativo da experiência da empresa e de caráter eliminatório, mediante a análise de atestados, restringiu-se à fase correspondente, qual seja, a de habilitação.

Em verdade, o aspecto envolvido neste item objeto de pontuação técnica da empresa é a sua capacidade em desenvolver simultaneamente vários projetos, bem como o porte do projeto empreendido. E para tanto a comprovação pode se dar tanto através de atestado de capacidade técnica quanto CAT, não havendo restrição ao tipo de documento que a empresa pode empunhar.

No primeiro aspecto, gradua-se a capacidade de a empresa empreender vários projetos, ou seja, ser capaz de gerir equipe multidisciplinar e entregar vários produtos satisfatoriamente.

Tal característica torna-se fundamental para o desenvolvimento adequado dos serviços em causa, tendo em vista o grande número de demandas e intervenções esperadas, o que irá requer capacidade de administrar vários fatores e insumos, tais como: alocação de pessoal, deslocamentos, ferramental, softwares e equipamentos de forma a garantir a entrega satisfatória do produto de demandas simultâneas.

Pauta-se assim, pelo preceito amplamente aceito e estabelecido pelo TCU de que o *"Os fatores de pontuação técnica devem se restringir a quesitos que reflitam melhor desempenho e qualidade técnica da licitante no serviço a ser prestado"*.

Assim, depreende-se que, a despeito da nomenclatura utilizada, não se mede neste quesito simplesmente a experiência anterior da empresa.

Cumprе esclarecer que a afirmativa da impugnante de que nenhuma obra isolada possuiria a área de 20.000 m² não procede, eis que vários prédios desta corte, tanto administrativos quanto forenses apresentam esta característica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

Por fim, os quesitos objeto de pontuação adotam a atribuição de nota conforme gradação segundo uma tabela progressiva, vale dizer que não há obrigatoriedade de apresentação do número máximo de projetos, ou da maior área, porém a nota obtida acompanhará proporcionalmente a capacidade demonstrada segundo tais quesitos.

Tal gradação decorre da própria natureza do julgamento tipo técnica e preço, que já estabelece de partida uma ponderação entre os aspectos técnico e econômico para aferição da proposta mais vantajosa.

Por último, ressalta-se que cada quesito isoladamente representa um percentual pequeno da nota final, assim, mesmo que a empresa não obtenha a nota máxima em um dos quesitos a diferença poderá não trazer reflexos significativos.

A nota máxima a ser obtida pelo número de projetos da licitante (N-Exp) totaliza 05 pontos. Assim, se uma empresa obtiver a nota máxima em todos os quesitos, esta pontuação responderá por 5% da nota técnica, já que está limitada a 100 pontos. Tal resultado, ponderado pelo peso da nota técnica final corresponde a 3% da nota final ($5\% \times 0,6$). Se, por exemplo, uma mesma empresa obtiver nota 03 para o quesito, haveria uma redução de apenas 1,2 pontos na nota final.

Do exposto, opina-se pela manutenção dos quesitos propostos, bem como respectivas notas e pesos tal como especificados no edital.

IV – Violação da ampla competitividade na vedação a participação de consórcio formado por mais de duas empresas

Após detida análise dos argumentos esposados, verifica-se que diante da carteira imobiliária de mais de 700 edificações, com toda gama de características envolvidas, bem como ante a vasta capilaridade de serviços e intervenções de engenharia e arquitetura abarcados no escopo contratual, a limitação de consórcio a duas empresas poderá trazer eventual dificuldade de arregimentação de empresas capazes de suportar a execução contratual pretendida, de sorte que a soma de esforços por meio de permissão de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SAAB 1

contratação de consórcio é medida que suplanta tal questão e fomenta a atingir o desiderato pretendido pela Administração no bojo contratual, bem como trazer maior aderência ao princípio da máxima competitividade possível.

Ademais, saliente-se que o objeto do processo nº 48.446/2017, relativo à audiência pública nº 003/2017, tinha modelagem e conteúdo de serviços distintos do processo licitatório em comento, de sorte que não são idênticos e, por conseguinte, as comparações devem observar as peculiaridades e características dos objetos propostos em cada um dos processos.

Diante de tais vetores, propõem-se a adoção de novo regramento de sorte a permitir a formação de consórcio de empresas do ramo de execução de projetos sem limitador, mas desde que atendam aos requisitos técnicos eleitos no edital, no afã de que não se perca a eficiência e qualidade na execução do objeto.

São as informações necessárias. Diante do exposto, encaminho à apreciação da Autoridade Competente, colocando-me, desde já, à disposição para ulteriores esclarecimentos que porventura entender pertinentes.

São Paulo, 21 de junho de 2018.

ELIZABETH FATIMA DE OLIVEIRA MOREIRA

Diretor